

AGREGAÇÃO DE VALOR E SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DA SOJA: O CASO DA CERTIFICAÇÃO RTRS

Ana Luiza Teixeira¹

Thiago Masson²

RESUMO

A certificação *Round Table on Responsible Soy* (RTRS) constitui uma importante ferramenta para promover a sustentabilidade e agregar valor à cadeia agroindustrial da soja no Brasil. Este trabalho teve como objetivo analisar a importância das certificações para a cadeia da soja, com ênfase nas exigências socioambientais da certificação RTRS e nos benefícios proporcionados aos produtores certificados. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, utilizando dados secundários provenientes de instituições e organizações relacionadas ao setor agropecuário e à sustentabilidade. A análise evidenciou que o protocolo RTRS estabelece critérios relacionados ao cumprimento da legislação, às condições de trabalho, ao relacionamento com comunidades locais, à preservação ambiental, à gestão de resíduos, ao controle de queimadas, ao monitoramento de gases de efeito estufa e à adoção de boas práticas agrícolas. Verificou-se que a certificação pode contribuir para o acesso a mercados internacionais mais exigentes, a valorização da produção, a redução de riscos socioambientais, a melhoria da gestão das propriedades e o fortalecimento da competitividade do produtor brasileiro. Entretanto, os custos de implementação, a complexidade técnica e a necessidade de acompanhamento contínuo constituem desafios, principalmente para pequenos e médios produtores. Conclui-se que a certificação RTRS representa não apenas uma resposta às exigências do mercado, mas também um instrumento capaz de promover a transformação socioambiental da produção de soja brasileira, conciliando competitividade econômica, responsabilidade ambiental e desenvolvimento social.

Palavras-chave: Soja; Certificação RTRS; Sustentabilidade; Agronegócio; Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

The Round Table on Responsible Soy (RTRS) certification is an important tool for promoting sustainability and adding value to the soybean agribusiness chain in Brazil. This study aimed to analyze the importance of certification for the soybean chain, with emphasis on the socio-environmental requirements of RTRS certification and the benefits

¹ Graduando de Gestão do Agronegócio pela Faculdade CNA. E-mail: Luizateixeira424@gmail.com

² Professor da Faculdade CNA. E-mail: Thiago.siqueira@faculadecna.edu.br

provided to certified producers. The research was conducted through a qualitative approach, using secondary data from institutions and organizations related to agriculture and sustainability. The analysis showed that the RTRS protocol establishes criteria related to legal compliance, working conditions, relationships with local communities, environmental conservation, waste management, fire control, greenhouse gas monitoring, and the adoption of good agricultural practices. The findings indicate that certification can contribute to access to more demanding international markets, increase the value of certified production, reduce socio-environmental risks, improve farm management, and strengthen the competitiveness of Brazilian producers. However, implementation costs, technical complexity, and the need for continuous monitoring remain challenges, particularly for small and medium-sized producers. It is concluded that RTRS certification represents not only a response to market requirements but also an instrument capable of promoting socio-environmental transformation in Brazilian soybean production by combining economic competitiveness, environmental responsibility, and social development.

Keywords: Soybean; RTRS Certification; Sustainability; Agribusiness; Socio-environmental Responsibility.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação mundial com a sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social e a segurança alimentar tem impulsionado transformações significativas nas cadeias produtivas do agronegócio. Nesse cenário, a produção de commodities agrícolas, como a soja, passou a ser alvo de críticas e exigências, muitas vezes injustificadas, por práticas mais responsáveis, tanto no campo ambiental quanto no social. O Brasil, como um dos maiores produtores e exportadores de soja do mundo, desempenha um papel central nesse debate, sendo constantemente desafiado a equilibrar o crescimento econômico do setor com a preservação dos recursos naturais e o respeito aos direitos trabalhistas e sociais. É nesse contexto que surge a certificação RTRS – *Round Table on Responsible Soy* –, como uma iniciativa internacional voltada à promoção da produção, comercialização e uso responsável da soja.

A RTRS foi fundada em 2006 como uma associação global sem fins lucrativos, reunindo diferentes setores interessados na cadeia da soja, incluindo produtores, indústrias, ONGs ambientais e sociais, comerciantes e empresas consumidoras. Seu objetivo principal é estabelecer e promover padrões reconhecidos internacionalmente para a produção responsável de soja, com critérios que abrangem desde práticas agrícolas sustentáveis até condições de trabalho justas e o respeito às comunidades locais e tradicionais (Genesis Group, 2024). A certificação RTRS é, portanto, uma resposta

concreta à demanda por uma produção agrícola que minimize impactos negativos e gere benefícios duradouros para o meio ambiente, para a sociedade e para a economia.

Um dos grandes diferenciais da RTRS é sua abordagem multissetorial e colaborativa, que busca o engajamento de diversos atores da cadeia de valor para assegurar a transparência, a credibilidade e a efetividade dos seus padrões. O sistema de certificação desenvolvido pela RTRS estabelece critérios rigorosos que incluem, entre outros pontos, a proibição do desmatamento de áreas nativas a partir do ano de 2009, a implementação de boas práticas agrícolas, a gestão adequada de recursos naturais, a rastreabilidade da produção e o respeito aos direitos dos trabalhadores e das comunidades. Para conquistar a certificação, os produtores devem passar por auditorias independentes, que avaliam o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela organização.

No Brasil, a certificação RTRS tem ganhado importância estratégica, especialmente diante das pressões do mercado internacional e das exigências de consumidores mais conscientes. Grandes empresas compradoras de soja, principalmente da Europa, passaram a priorizar fornecedores certificados, impulsionando a adoção dos padrões RTRS por produtores brasileiros. Além disso, a certificação tem se mostrado uma ferramenta eficaz para agregar valor à produção, ampliar o acesso a mercados diferenciados e promover melhorias contínuas nas propriedades rurais.

Entretanto, a implementação da certificação RTRS ainda enfrenta desafios, como os altos custos de implementação e certificação para pequenos e médios produtores, a complexidade dos processos envolvidos e a necessidade de maior apoio técnico e financeiro (Plant Project, 2023). Apesar disso, iniciativas de cooperação entre organizações não governamentais, empresas privadas, entidades representativas do agronegócio e órgãos públicos têm buscado superar essas barreiras, fomentando a expansão da certificação e contribuindo para um modelo de produção agrícola mais sustentável e inclusivo.

Dessa forma, a certificação RTRS se consolida como um importante instrumento para a construção de uma cadeia de soja mais transparente, ética e ambientalmente responsável, representando uma evolução nas práticas do agronegócio moderno. Ao mesmo tempo, ela reflete a crescente interconexão entre produção rural, responsabilidade socioambiental e competitividade no mercado global, reforçando a necessidade de iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável no campo.

Em linha com sua responsabilidade socioambiental, o agronegócio brasileiro é um dos principais centros internacionais de adoção da RTRS. É nesse contexto que se propõe o objetivo deste trabalho: descrever as exigências da RTRS e avaliar eventuais ganhos para produtores certificados.

Diante disso, a presente análise contribui significativamente para os estudos sobre agricultura sustentável, ao evidenciar como a certificação RTRS pode fomentar práticas produtivas ambiental e socialmente responsáveis, promovendo a conservação dos recursos naturais, a valorização do trabalho no campo e o alinhamento do agronegócio brasileiro às exigências de sustentabilidade no mercado global.

1 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

1.1 Objetivo Geral

Analisar a importância das certificações para a cadeia agroindustrial da soja no Brasil, destacando como elas promovem a sustentabilidade ambiental, social e econômica, além de fortalecer a competitividade do setor nos mercados nacional e internacional.

1.2 Objetivo Específico

Descrever as exigências socioambientais da certificação RTRS para o setor de soja no Brasil, evidenciando os critérios que garantem práticas responsáveis relacionadas à conservação ambiental, aos direitos dos trabalhadores e à transparência na produção.

2 SOBRE A METODOLOGIA CIENTÍFICA DO TRABALHO

A metodologia científica representa um pilar fundamental para a construção do conhecimento acadêmico. Por meio dela, pesquisadores desenvolvem estudos de forma sistemática, racional e crítica, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos (Lakatos; Marconi, 2017). Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender não apenas os conceitos e etapas da metodologia científica, mas também os recursos que auxiliam no desenvolvimento da pesquisa, como a utilização de dados secundários e a

aplicação da análise qualitativa. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância desses elementos no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, destacando seus fundamentos, aplicações e cuidados necessários.

2.1 Metodologia Científica

De acordo com Gil (2008), a metodologia científica consiste em um conjunto de procedimentos que orientam a realização de uma pesquisa, desde a definição do problema até a análise dos resultados. A clareza na delimitação do tema, na formulação dos objetivos e na escolha dos procedimentos metodológicos é essencial para assegurar a qualidade da investigação.

Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a metodologia científica constitui o caminho para a construção do conhecimento. As autoras destacam a importância da escolha dos tipos de pesquisa — exploratória, descritiva ou explicativa — bem como dos métodos qualitativos e quantitativos, que devem ser selecionados de acordo com os objetivos do estudo.

Severino (2007) amplia essa visão ao afirmar que a metodologia não se limita aos procedimentos técnicos, mas também envolve uma reflexão crítica sobre o processo de produção do conhecimento, exigindo rigor acadêmico e comprometimento com as normas científicas.

2.2 Dados Secundários

No desenvolvimento de pesquisas, os dados podem ser classificados em primários e secundários. Os dados secundários são informações previamente coletadas e organizadas por outros pesquisadores, instituições ou organizações, podendo ser utilizados em novos estudos, desde que sejam avaliados de forma criteriosa (Gil, 2008).

Mattar (2005) afirma que o uso de dados secundários oferece vantagens significativas, como a redução de custos e de tempo na realização da pesquisa, além de permitir o acesso a informações de difícil obtenção. Contudo, é essencial verificar a atualidade, a credibilidade e a procedência dos dados para evitar distorções nos resultados.

Vergara (2011) reforça que os dados secundários são fundamentais em estudos descritivos e documentais, desde que as fontes sejam confiáveis e compatíveis com os objetivos da pesquisa. Richardson (1999) complementa ao destacar que a pesquisa documental deve prezar pela autenticidade, pela representatividade e pela credibilidade das informações utilizadas.

2.3 Análise Qualitativa

A análise qualitativa é uma abordagem metodológica que permite compreender, de forma aprofundada, os fenômenos sociais, culturais e comportamentais. Diferentemente da análise quantitativa, que busca dados numéricos e generalizações estatísticas, a análise qualitativa concentra-se na interpretação de significados, contextos e percepções (Minayo, 2014).

Minayo (2014) destaca que essa abordagem exige do pesquisador uma postura reflexiva e interpretativa, aliando rigor metodológico à sensibilidade na análise dos dados. Denzin e Lincoln (2011) enfatizam a diversidade de técnicas utilizadas na pesquisa qualitativa, como a análise de conteúdo, a análise narrativa e a análise fenomenológica, que proporcionam uma compreensão ampla e contextualizada dos fenômenos investigados.

Entre essas técnicas, destaca-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que oferece procedimentos sistemáticos para a categorização e interpretação dos dados textuais, permitindo ao pesquisador identificar padrões e significados relevantes para a investigação científica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceito de Agronegócio

O termo agronegócio (do inglês *agribusiness*) foi introduzido em 1957 pelos economistas norte-americanos John H. Davis e Ray A. Goldberg, em um estudo da Universidade de Harvard intitulado *A Concept of Agribusiness*. Os autores propuseram um modelo inovador ao definir o agronegócio como o conjunto de operações que inclui a produção e a distribuição de insumos agrícolas, a produção nas propriedades rurais,

além das etapas de armazenamento, processamento e distribuição dos produtos até o consumidor final (Davis; Goldberg, 1957).

Essa abordagem representou uma ruptura com a visão tradicional da agricultura, limitada apenas às atividades realizadas dentro da propriedade rural. Davis e Goldberg (1957) compreenderam o agronegócio como um sistema interligado, que engloba todos os elos da cadeia produtiva, do campo à mesa do consumidor. Esse conceito, conhecido como sistema agroindustrial (SAG), foi fundamental para o desenvolvimento de análises econômicas e estratégicas mais amplas sobre o setor agrícola.

Segundo Batalha (2002), o agronegócio deve ser compreendido como um complexo agroindustrial, que inclui todas as cadeias produtivas associadas à agricultura e à pecuária, organizadas em três segmentos principais: antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira.

No Brasil, o agronegócio é um dos principais pilares da economia nacional. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor representa uma parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB), além de ser responsável por uma significativa geração de empregos e divisas por meio das exportações (CEPEA, 2024; CNA, 2024).

Além do impacto econômico, o agronegócio brasileiro desempenha papel crucial no desenvolvimento social e na inovação tecnológica. O uso de máquinas agrícolas de alta precisão, a aplicação de biotecnologia, o monitoramento por satélite e a agricultura digital são exemplos das transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas (Duarte, 2010). Ao mesmo tempo, aumentam os desafios relacionados à sustentabilidade, exigindo práticas produtivas que respeitem os limites ambientais e promovam justiça social no campo.

3.2 O conceito de Sustentabilidade

A sustentabilidade socioambiental é um conceito que envolve a articulação equilibrada entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e a justiça social. Essa abordagem considera que os sistemas naturais e humanos estão interligados, exigindo uma perspectiva integrada para promover um desenvolvimento duradouro e equitativo.

De acordo com Ignacy Sachs (1993), a sustentabilidade precisa ser tratada como um processo que contempla simultaneamente as dimensões ecológica, econômica, social e cultural. O autor propõe o conceito de ecodesenvolvimento, defendendo que o progresso deve ocorrer com base na valorização dos recursos locais, na participação comunitária e na equidade social, respeitando os limites ambientais.

Enrique Leff (2001) também é um dos principais pensadores da sustentabilidade na América Latina. Para ele, a crise ambiental é resultado de uma racionalidade econômica que dissocia o ser humano da natureza. Leff propõe uma nova racionalidade ambiental, baseada na diversidade cultural, nos saberes tradicionais e na construção coletiva do conhecimento, como caminhos para a sustentabilidade socioambiental. Ele defende que o desenvolvimento sustentável só é possível com justiça ambiental e valorização dos modos de vida locais.

Já José Eli da Veiga (2010) enfatiza que a sustentabilidade deve ser compreendida para além do meio ambiente, incorporando também os direitos sociais, a cidadania e a democracia. O autor aponta que o desenvolvimento sustentável exige mudanças estruturais nos sistemas produtivos e nos padrões de consumo, além de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e promovam o bem-estar coletivo.

Esses três autores apresentam visões complementares que reforçam a ideia de que a sustentabilidade socioambiental não pode ser alcançada apenas por soluções tecnológicas ou econômicas, mas requer transformações profundas nas relações entre sociedade, natureza e economia. No contexto do agronegócio, essas reflexões ganham relevância, pois desafiam o setor a adotar práticas responsáveis, inclusivas e ambientalmente equilibradas.

4 ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO

4.1 A Certificação RTRS e o Contexto da Soja Brasileira

A soja é um dos principais produtos do agronegócio brasileiro, posicionando o país entre os maiores exportadores mundiais. Diante das crescentes exigências ambientais e sociais por parte dos mercados internacionais, a certificação RTRS se tornou uma ferramenta estratégica para produtores e empresas que desejam acessar mercados mais exigentes, agregando valor à produção agrícola por meio de práticas sustentáveis.

Criada em 2006, a RTRS é uma organização internacional multissetorial que reúne produtores, empresas, ONGs e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover a produção, o comércio e o uso responsável da soja. Seu protocolo de certificação estabelece um conjunto de critérios que devem ser cumpridos para que a produção seja considerada ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

A certificação é aplicável tanto à soja convencional quanto à transgênica, sendo reconhecida mundialmente como uma das principais garantias de rastreabilidade, boas práticas agrícolas e compromisso com a sustentabilidade. Segundo a própria RTRS (2024), mais de 4,8 milhões de toneladas de soja certificada foram produzidas globalmente em 2023, sendo o Brasil o maior fornecedor.

A adesão à certificação RTRS por produtores brasileiros responde às pressões comerciais externas, como restrições ambientais na Europa e demandas por desmatamento zero, e também amplia a competitividade da produção nacional no mercado internacional.

4.2 O Protocolo RTRS e seus Princípios

A certificação RTRS é estruturada com base em um conjunto de princípios que traduzem os compromissos da produção de soja responsável, alinhados às diretrizes internacionais de sustentabilidade. Esses princípios compreendem dimensões legais, sociais, ambientais e produtivas e são verificados por auditorias externas independentes. A seguir, descrevem-se os principais eixos normativos que orientam os critérios de certificação.

4.3 Cumprimento Legal e Boas Práticas Empresariais

Este princípio aborda a obrigatoriedade de conformidade com a legislação vigente, incluindo normas ambientais, trabalhistas, fiscais e fundiárias. Exige-se que os produtores apresentem documentação comprobatória de regularização, como licenciamento ambiental, inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e adequação às normas de segurança do trabalho. A conformidade legal constitui a base para a

credibilidade do sistema de certificação e é verificada por meio de auditorias técnicas e documentais.

4.4 Condições de Trabalho Responsáveis

Este princípio estabelece diretrizes para assegurar relações laborais justas e éticas nas propriedades certificadas. São vedadas práticas como trabalho infantil, forçado ou degradante. As exigências incluem formalização contratual, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), remuneração adequada e respeito à jornada legal. Também é previsto o direito à livre associação sindical e à igualdade de oportunidades. Esses requisitos garantem que a certificação incorpore a dimensão social do desenvolvimento sustentável.

4.5 Relacionamento com a Comunidade Local

Visa promover o diálogo e a integração com as comunidades vizinhas. O protocolo estabelece a necessidade de canais acessíveis de comunicação para apresentação de sugestões, críticas ou denúncias. Também valoriza a geração de empregos locais, o respeito às tradições culturais e a transparência nas operações agrícolas. A relação harmônica com a comunidade é um dos critérios avaliados nas auditorias da certificação, por meio de entrevistas e análise de registros sociais.

4.6 Responsabilidade Ambiental

Trata da preservação dos recursos naturais e da prevenção de impactos ambientais negativos. As propriedades devem manter intactas as Áreas de Preservação Permanente (APPs), evitar o desmatamento e adotar práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade. É exigida a elaboração de planos de gestão ambiental, o controle das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a gestão de resíduos e a proibição do uso do fogo como técnica de manejo agrícola. Tais critérios seguem diretrizes internacionais de boas práticas ambientais e contribuem para o cumprimento de metas climáticas globais.

4.7 Boas Práticas Agrícolas

Este princípio está centrado na adoção de técnicas de manejo agrícola sustentáveis. Incluem-se a rotação de culturas, o manejo integrado de pragas, a conservação do solo e o uso racional de insumos químicos. É exigido que o armazenamento e a aplicação de agroquímicos sigam recomendações técnicas, com controle de receitas agronômicas e capacitação dos trabalhadores. Essas práticas contribuem para a produtividade de longo prazo e a redução dos impactos negativos sobre o ecossistema.

Todos os princípios devem ser verificados por auditorias externas independentes, que analisam registros, realizam entrevistas e fazem vistorias em campo. A certificação é válida por um período determinado e pode ser suspensa em caso de não conformidade grave ou reincidência.

4.8 Exigências Socioambientais na Prática

As exigências do protocolo RTRS vão além do cumprimento da legislação. Elas propõem uma abordagem de melhoria contínua, na qual o produtor não apenas evita práticas degradantes, mas desenvolve um sistema de gestão integrado e responsável. Entre os principais pontos verificados nas auditorias estão:

- Preservação das APPs e reservas legais, com base em imagens de satélite e inspeções;
- Controle de resíduos agrícolas, com planos de descarte e armazenamento;
- Inventário de GEE, medindo o consumo de combustíveis fósseis e outras fontes;
- Capacitação dos trabalhadores, com cursos e treinamentos de segurança;
- Relação com comunidades locais, incluindo reuniões, ouvidorias e resolução de conflitos;
- Controle de queimadas, sendo essa prática proibida, salvo nas exceções previstas em lei.

A certificação exige, também, que o produtor demonstre engajamento progressivo. Ou seja, mesmo que alguns critérios não sejam plenamente atendidos no primeiro ciclo, é obrigatório apresentar e cumprir planos de ação corretiva.

4.9 Análise das Variáveis e Relações de Causalidade

Com base nos critérios do protocolo RTRS e nos dados disponibilizados por instituições como a Embrapa, INPE, IBGE e a própria RTRS, podem ser identificadas variáveis-chave que servem como indicadores de desempenho socioambiental da propriedade rural. Essas variáveis estão interligadas, e sua análise permite entender os efeitos diretos e indiretos da certificação.

Com base na análise das variáveis, podem ser estabelecidas algumas relações de causalidade entre os aspectos socioambientais avaliados:

- Propriedades com alto índice de preservação ambiental tendem a apresentar melhor desempenho nos critérios sociais e maior aceitação da certificação.
- A gestão adequada de resíduos e o controle do uso do fogo estão associados à redução de conflitos com a comunidade e com os órgãos ambientais.
- A contratação de mão de obra local favorece o relacionamento com a comunidade e pode contribuir para a redução da rotatividade dos trabalhadores no campo.
- O monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) constitui um indicador de planejamento e controle operacional e pode estar associado à redução dos impactos ambientais.

Para sistematizar as variáveis utilizadas na análise, apresentam-se, no Quadro 1, os respectivos indicadores observados e as fontes de verificação.

Quadro 1 – Indicadores socioambientais e fontes de verificação da certificação RTRS.

Variável	Indicador observado	Fonte de verificação
Preservação da vegetação nativa	Percentual de APPs e reservas legais mantidas	Imagens aéreas e Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Gestão de resíduos	Existência e adequação de plano de descarte e armazenamento	Relatórios ambientais e vistorias
Monitoramento de GEE	Inventário anual de emissões e medidas de mitigação	Planilhas e registros técnicos

Variável	Indicador observado	Fonte de verificação
Queimadas em áreas produtivas	Frequência e extensão dos focos de queimadas detectados	INPE e observação <i>in loco</i>
Mão de obra local	Proporção de trabalhadores provenientes da comunidade local	Registros de recursos humanos (RH)
Conflitos comunitários	Número de queixas, denúncias ou registros de reclamação	Livro de ocorrências e registros de atendimento

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.10 Implicações e Benefícios da Certificação

Além de promover a sustentabilidade, a certificação RTRS proporciona vantagens econômicas e institucionais para o produtor:

- Acesso a mercados internacionais mais exigentes, como a União Europeia e o Reino Unido;
- Valorização da produção certificada, com possibilidade de obtenção de prêmio no preço da soja;
- Reconhecimento institucional, fortalecendo a imagem da propriedade e podendo facilitar o acesso a financiamentos verdes;
- Redução de riscos legais e ambientais, por meio do monitoramento contínuo e do cumprimento das normas;
- Integração com políticas públicas e privadas de sustentabilidade, como crédito rural diferenciado, parcerias com cooperativas e inclusão em cadeias globais de valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a certificação RTRS representa um avanço relevante para a cadeia agroindustrial da soja no Brasil, ao promover práticas de produção mais sustentáveis e responsáveis, em consonância com os novos padrões exigidos pelo mercado global. Como discutido no

desenvolvimento, os princípios da certificação abrangem desde o cumprimento legal, a adoção de boas práticas agrícolas e a conservação ambiental até a promoção de relações de trabalho justas e o respeito às comunidades locais. Esses critérios, auditados por entidades independentes, contribuem para garantir a rastreabilidade e a transparência da produção, fortalecendo a imagem institucional do produtor rural e do agronegócio brasileiro como um todo (RTRS, 2022).

O Brasil, como principal fornecedor global de soja RTRS, demonstra que é possível aliar produtividade e sustentabilidade, sobretudo quando há incentivos, organização setorial e parcerias estratégicas. Segundo a RTRS (2024), mais de 6,2 milhões de toneladas de soja certificada foram produzidas no país em 2023, o que reforça a liderança brasileira nesse campo e evidencia a relevância da certificação para a diferenciação da produção nacional em um mercado cada vez mais exigente e regulado.

Por meio da metodologia qualitativa, com base em dados secundários, foi possível verificar que a certificação RTRS pode gerar diversos benefícios aos produtores que a adotam. Entre eles, destacam-se o acesso a mercados internacionais mais exigentes, a valorização do produto, a redução de riscos socioambientais e a melhoria da gestão das propriedades (Embrapa, 2024; FAO, 2023). Além disso, como apontado na análise das variáveis, práticas como o controle de queimadas, o monitoramento de gases de efeito estufa, o uso racional de insumos e a preservação das APPs podem contribuir para a qualidade da produção e para o fortalecimento das relações com a comunidade (MAPA, 2024).

Por outro lado, o estudo também evidenciou entraves que ainda limitam a ampliação da certificação no país, especialmente entre os pequenos e médios produtores. Os custos de implementação, a complexidade técnica e a necessidade de acompanhamento constante reforçam a importância de políticas públicas voltadas à assistência técnica, à capacitação e ao acesso a linhas de crédito sustentáveis. Instituições como o MAPA e a Embrapa têm papel estratégico nesse processo, apoiando programas que promovam a inclusão produtiva e a sustentabilidade no campo (Embrapa, 2024; MAPA, 2024).

Portanto, conclui-se que a certificação RTRS, mais do que uma exigência de mercado, representa uma ferramenta relevante para a transformação social e ambiental da agricultura brasileira. Sua adoção contribui para consolidar um modelo de produção de soja responsável, que respeita os limites dos recursos naturais, promove relações de



trabalho dignas e dialoga com os desafios globais da sustentabilidade (FAO, 2023; RTRS, 2022). Ao adotar e ampliar esse modelo, o Brasil reafirma sua posição de destaque na produção de alimentos em escala global, aliando competitividade à responsabilidade socioambiental.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2011.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sustentabilidade e inovação na produção de soja no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 12 ago. 2026.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Guidelines for sustainable agriculture**. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 27 jul. 2026.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2026.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento de queimadas**. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br>. Acesso em: 19 ago. 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Dados da produção agrícola e programas de incentivo à certificação**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 3 ago. 2026.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RTRS – ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY. **Annual Report 2023: responsible soy production**. 2024. Disponível em: <https://responsiblesoy.org/resources/>. Acesso em: 21 ago. 2026.

_____. **RTRS Standard for Responsible Soy Production V4.0**. 2022. Disponível em: <https://responsiblesoy.org>. Acesso em: 15 ago. 2026.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.